



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Processo: Veto Total nº 009/2024 à Lei nº 6.703/2024

Tema: Instituição do Programa de Integridade em contratações públicas municipais

Autoria: Prefeito Izaías Santana

PARECER Nº 009.1/2025/SAJ/JACC

Ementa: Veto total à Lei nº 6.703/2024, que dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas empresas contratadas pela Administração Pública Municipal. Veto político. Veto jurídico. Distinção. Considerações. Ausência de inconstitucionalidades. Precedente do Supremo Tribunal Federal que valida lei sobre o mesmo tema. Agenda 2030 da ONU. Rejeição do veto.

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de veto total apostado pelo Prefeito *Izaías Santana* à Lei nº 6.703/2024, de autoria e iniciativa Parlamentar, a qual institui o programa de integridade para empresas contratadas pela Administração Pública nas situações em que especifica.

2. Resumidamente, segundo o Prefeito informou na mensagem do veto, a lei em questão seria inconstitucional porque caberia privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação (fls. 05).



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. Inicialmente apresentamos breve resumo sobre o funcionamento do veto, o qual é previsto originalmente nas Constituições Federal e Estadual, e também na Lei Orgânica do Município da seguinte forma:

Artigo 43 - Aprovado o projeto de lei será este enviado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º-O Prefeito considerando o projeto, no todo ou em parte, **inconstitucional** ou **contrário ao interesse público** veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

2. Como se vê, apenas duas são as razões de veto. A primeira, por **inconstitucionalidade**, é aquele que encontra alguma espécie de proibição na Constituição, seja a Federal seja a Estadual. Ou seja, é um veto jurídico, com amparo na Constituição e na técnica jurídica.

3. Já a segunda, por **contrariedade ao interesse público**, não necessariamente é inconstitucional ou ilegal, mas reside apenas na vontade do(s) agente(s) público, e é conhecido como veto político.

4. Nessa perspectiva o ofício nº 471/2024-GP traz a informação de que o veto em questão seria *em razão de inconstitucionalidade formal*, conforme consta a fls. 03.

5. No entanto, respeitado entendimento diverso, não constatamos as alegadas inconstitucionalidades indicadas na mensagem de veto.

6. A questão atinente a legitimidade do Município, através de seu Parlamento, iniciar a proposta legislativa em questão, **já foi devidamente analisada pelo Parecer nº 231.1/2022/SAJ/METL**, o qual concluiu que o tema



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

da propositura originária versava sobre assuntos de interesse local, conforme prevê o art. 30, I, da Constituição Federal.

7. As Comissões Permanentes de Constituição e Justiça, Desenvolvimento Econômico e Obras, Serviços Públicos e Urbanismo, a unanimidade também não identificaram falhas no projeto e o encaminhou ao plenário, ocasião em que, por ampla maioria (10 X 2) do Parlamento, foi aprovado.

8. Além disso, analisando caso semelhante o Supremo Tribunal Federal – a quem cabe a última palavra em conflitos judiciais – declarou a validade de lei municipal de idêntico conteúdo, conforme consta do Recurso Extraordinário nº 1.410.340 SP, cujo inteiro teor já foi apresentado no projeto original e ora se reitera.

9. Por último, o projeto equivocadamente vetado está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 8 (trabalho decente e crescimento econômico), 10 (redução das desigualdades), 12 (consumo e produção responsáveis) e 16 (paz, justiça e instituições eficazes) da **Agenda 2030** da Organização das Nações Unidas (ONU).

10. Como se vê, ao contrário do alegado na mensagem de veto, não há qualquer vício ou inconstitucionalidade na lei aprovada. Ao contrário, há robusta validação da norma pelo órgão máximo do Poder Judiciário: o Supremo Tribunal Federal.

III. CONCLUSÃO

1. Assim, concluímos pela IMPROCEDÊNCIA do veto jurídico à Lei nº 6.703/2024, ressalvada a legítima possibilidade de veto político (contrariedade ao interesse público), de análise discricionária.

2. O veto apresentado, sem prejuízo das considerações aqui deduzidas, deverá ser previamente apreciado pelas Comissões de **a) Constituição e Justiça;**



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

b) Obras, Serviços Públicos e Urbanismo e c) Desenvolvimento Econômico, conforme prevê o artigo 39 do Regimento Interno da Câmara.

3. Para rejeição do veto é necessário o voto da maioria absoluta dos Vereadores, inclusive do Presidente, conforme art. 142, § 4º, do Regimento Interno.

4. Este é o parecer, opinativo e não vinculante.

Jacareí, 10 de janeiro de 2025

Jorge Alfredo Céspedes Campos
Consultor Jurídico Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Referente: PLL nº 070/2022

Autoria do projeto: Vereador Dr. Rodrigo Salomon

Assunto do projeto: Dispõe sobre a instituição do programa de Integridade nas empresas contratadas pela administração pública do município e dá outras providências.

PARECER Nº 231.1/2022/SAJ/METL

Ementa: Projeto de Lei Municipal. Instituição do Programa de Integridade nas empresas contratadas pela administração pública no município. Considerações. Possibilidade.

I. DO RELATÓRIO

1. Trata-se de Projeto de Lei do Legislativo, de autoria do Nobre Vereador Dr. Rodrigo Salomon, que dispõe sobre a Instituição do Programa de Integridade (Compliance) contratadas pela administração pública municipal.

2. Conforme consta na Justificativa "dentro da história recente verificada no Brasil, é bem-vinda a exigência desse tipo de programa nas contratações de obras e serviços nos três níveis de governo" (fls. 06/07).

3. É o relatório. Passamos a análise e manifestação.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

1. A Constituição Federal, em seu artigo 30, inciso I, dispõe que é competência dos Municípios "**legislar sobre assuntos de interesse local**".



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



4. Já a Lei Orgânica do Município (Lei 2761/90), em seu artigo 40, e o art. 94, §2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, dispõem acerca dos assuntos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal.

5. Logo, referido assunto não está incluído no rol dos temas de iniciativa exclusiva e, em razão disso, verificamos que o presente projeto é constitucional e legal, estando em condições para prosseguir.

III. CONSIDERAÇÕES

1. No artigo 2º do projeto em questão a palavra implantação foi utilizada por duas vezes seguidas, dando a entender que se trata de erro material.

2. Em que pese a recente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo permitindo lei municipal análoga, informamos que foi interposto recurso extraordinário acerca dessa decisão (RE 1410340), estando atualmente na Procuradoria Geral da República para manifestação, podendo então, causar insegurança jurídica diante da possibilidade de alteração da decisão em razão de entendimento no STF.

IV. DA CONCLUSÃO

1. Salientando que não cumpre a esta Secretaria de Assuntos Jurídicos a manifestação sobre o mérito da proposta, julgamos que a mesma não apresenta impedimento para tramitação, motivo pelo qual entendemos que o projeto está apto a ser apreciado pelos Nobres Vereadores

2. Vale mencionar que, caso seja realizada a alteração mencionada no projeto, este atenderá melhor a técnica legislativa.

3. Assim, o projeto de lei deverá ser submetido às Comissões de a) Constituição e Justiça; b) Obras, Serviços Públicos e Urbanismo; e c) Desenvolvimento Econômico.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



4. Para sua aprovação é necessário do voto favorável da maioria simples, presentes, pelo menos, a maioria absoluta dos membros da Câmara em turno único de votação.

5. Este é o parecer, opinativo e não vinculante.

Jacareí, 23 de novembro de 2022

MIRTA EVELIANE TAMEN LAZCANO
CONSULTOR JURÍDICO LEGISLATIVO
OAB/SP Nº 250.244

ACOLHO o parecer, por seus próprios fundamentos, e ressalto a necessidade de correção do texto do artigo 2º, como já bem apontado.

Ao Setor de Proposituras, para continuidade.

WAGNER TADEU BACCARO MARQUES
SECRETÁRIO-DIRETOR JURÍDICO



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

COMISSÃO 1-CCJ CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Folha 19	RC	Folha 20
Câmara Municipal de Jacareí		Câmara Municipal de Jacareí

PLL Nº 70/2022 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO	
ASSUNTO:	Dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas empresas contratadas pela administração pública do município, e dá outras providências.
AUTORIA:	Vereador Dr. Rodrigo Salomon

Nos termos regimentais, tendo a propositura discriminada em epígrafe sido remetida para avaliação da Comissão Permanente de **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1-CCJ**, os integrantes do colegiado se manifestam conforme abaixo:

Vereador	Voto	Assinatura
MARIA AMÉLIA (Presidente)	favorável	
ROBERTO ABREU (Relator)	favorável	
SÔNIA PATAS DA AMIZADE (Membro)	Favorável	

Justificativa: _____

Câmara Municipal de Jacareí, 02 de fevereiro de 2023.

CONCLUSÃO:

Diante das manifestações acima, a propositura deverá ser:

Encaminhada ao Plenário. () Arquivada.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Folha	20	RC	25
Câmara Municipal de Jacareí		Câmara Municipal de Jacareí	

PARECER DA COMISSÃO 7 - CDE **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

PLL N° 70/2022 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO	
ASSUNTO:	Dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas empresas contratadas pela administração pública do município, e dá outras providências.
AUTORIA:	Vereador Dr. Rodrigo Salomon

Os integrantes da Comissão Permanente de **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**, tendo avaliado a propositura discriminada em epígrafe, nos termos regimentais, se manifestam na conformidade do quadro abaixo:

Vereador	Voto	Assinatura
DUDI (Presidente)	Favorável ao Plenário	
ROBERTO ABREU (Relator)	Favorável ao Plenário	
HERNANI BARRETO (Membro)	Favorável ao Plenário	

Justificativa: _____

Câmara Municipal de Jacareí, 12 de fevereiro de 2023.

CONCLUSÃO:

Diante das manifestações acima, a propositura deverá ser:

Encaminhada ao Plenário. () Arquivada.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

RC

Folha 21	Folha 27
Câmara Municipal de Jacareí	Câmara Municipal de Jacareí

PARECER DA COMISSÃO 3 - COSPU **OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANISMO**

PLL N° 70/2022 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO	
ASSUNTO:	Dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas empresas contratadas pela administração pública do município, e dá outras providências.
AUTORIA:	Vereador Dr. Rodrigo Salomon

Os integrantes da Comissão Permanente de **OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANISMO**, tendo avaliado a propositura discriminada em epígrafe, nos termos regimentais, se manifestam na conformidade do quadro abaixo:

Vereador(a)	Voto	Assinatura
PAULINHO DOS CONDUTORES (Presidente)	encaminhar ao Pleno	
VALMIR DO PARQUE MEIA LUA (Relator)	FAVORÁVEL	
RONINHA (Membro)	ENCAMINHADA	

Justificativa: *conforme parecer jurídico*

Câmara Municipal de Jacareí, 02 de fevereiro de 2023.

CONCLUSÃO:

Diante das manifestações acima, a propositura deverá ser:

Encaminhada ao Plenário. () Arquivada.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Folha	Folha
22	2634
Câmara Municipal de Jacareí	

Cód. 03.00.02.02 - 1C - P

BOLETIM DE VOTAÇÃO NOMINAL

Discussão única do PLL nº 70/2022 - Projeto de Lei do Legislativo

Autoria: Vereador Dr. Rodrigo Salomon.

Assunto: Dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas empresas contratadas pela administração pública do município, e dá outras providências.

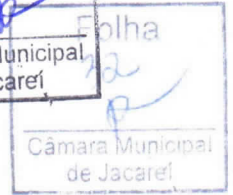
VEREADORES	Favorável	Contrário	Abstenção	Ausência
1. PAULINHO DO ESPORTE	X			
2. PAULINHO DOS CONDUTORES	X			
3. DR. RODRIGO SALOMON	X			
4. ROGÉRIO TIMÓTEO	X			
5. RONINHA	X			
6. SÔNIA PATAS DA AMIZADE	X			
7. VALMIR DO PARQUE MEIA LUA		X		
8. EDGARD SASAKI		X		
9. HERNANI BARRETO	X			
10. JULIANA DA FÊNIX	X			
11. LUÍS FLÁVIO - FLAVINHO	X			
12. MARIA AMÉLIA	X			

Para **aprovação**: maioria simples. Presidente vota apenas em caso de empate.

sem emendas. Sim

Data da Votação	Totalização dos Votos		Resultado
	Favoráveis	Contrários	
11/12/2024	10	02	APROVADO
	—	—	

Abner Rodrigues Rosa
ABNER RODRIGUES DE MORAES
 ROSA
 Presidente

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.410.340 SÃO PAULO**

REGISTRADO : **MINISTRA PRESIDENTE**
RECTE.(S) : **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**
ADV.(A/S) : **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**
RECDO.(A/S) : **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**
ADV.(A/S) : **FABIO DE FREITAS CARVALHO**

DESPACHO: Trata-se de recurso extraordinário com base no art. 102, inciso III, da Constituição Federal.

Analisados os autos, verifica-se que inexistem óbices jurídicos que justifiquem a atuação da Presidência neste feito (art. 13, inciso V, alínea c, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Ante o exposto, determino a distribuição do processo conforme expresso no regimento.

Publique-se.

Brasília, 14 de novembro de 2022.

Ministra **ROSA WEBER**

Presidente

Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.410.340 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. DIAS TOFFOLI**
RECTE.(S) : **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO
PRETO**
ADV.(A/S) : **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO
JOSÉ DO RIO PRETO**
RECDO.(A/S) : **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
JOSÉ DO RIO PRETO**
ADV.(A/S) : **FABIO DE FREITAS CARVALHO**

DECISÃO:

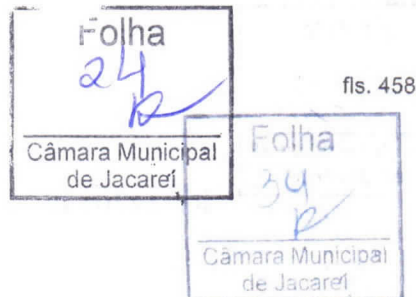
Vistos.

Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo prefeito do município de São José do Rio Preto/SP em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que julgou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade ajuizada em face da Lei municipal 14.126/2022. O mencionado diploma institui programa de integridade das empresas contratadas pela Administração Pública local.

Eis o inteiro teor da ementa do acórdão sob investiva:

AGRAVO INTERNO – oposição pelo Prefeito Municipal contra a negativa de concessão de tutela cautelar para suspender a eficácia de lei impugnada pela Câmara Municipal – julgamento do mérito da ação principal – Recurso prejudicado.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei 14.126, de 25 de fevereiro de 2022, do Município de São José do Rio Preto, de iniciativa parlamentar, que cria programa de *compliance* nas empresas fornecedoras de obras e serviços de ‘grande monta’ para a Administração Pública – Alegação do Prefeito de usurpação da competência privativa da União para dispor sobre regras gerais sobre licitações e contratos – PACTO FEDERATIVO – Constituição Federal que



expressamente reservou para a União a competência para legislar sobre normas gerais de licitações e contratos (artigo 22, inciso XVIII) – Edição pela União da Lei Federal nº 14.133/2021, que aperfeiçoou a antiga Lei 8.666/93, estabelecendo a exigibilidade de programa de integridade (*compliance*) em licitações e contratos de grande monta, fixando para o âmbito federal o valor referencial de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões), na forma dos seus artigos 6º, XXII, e 25, § 4º - Norma de caráter geral que estabelece a obrigatoriedade do programa, mas deixa espaço para a competência suplementar dos Municípios em fixar qual o valor referencial para 'grande monta', segundo sua realidade financeiro-orçamentária – Conformidade da lei objurgada com os artigos 22, inciso XXVII, e 30, incisos I e II, da Constituição Federal – Inconstitucionalidade inexistente. Ação julgada improcedente

Aponta-se, no extraordinário, violação aos arts. 22, XXVII; 60, § 4º, III; e 1º, da Constituição Federal.

Sustenta-se, de forma mais específica, que a modificação dos valores para implementação de programa de integridade insere-se em matéria referente à norma geral de licitação. Nesse sentido, haveria violação, pelo Município, da competência privativa da União, tendo-se em vista a fixação de limites por Lei federal para a elaboração de *compliance*.

Encaminhados os autos à douta Procuradoria-Geral da República, esta apresentou manifestação no sentido da submissão deste recurso ao Plenário Virtual, a fim de que seja reconhecida a repercussão geral da matéria, na forma do art. 323 do RISTF (e-doc. 25). Veja a ementa que sintetiza o parecer:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO.
CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO.
PROGRAMA DE INTEGRIDADE (COMPLIANCE).
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LEI MUNICIPAL.
COMPETÊNCIA LEGISLATIVA SUPLEMENTAR.
DENSIDADE CONSTITUCIONAL. RELEVÂNCIA
POLÍTICA, SOCIAL E JURÍDICA. REPERCUSSÃO
GERAL. RECONHECIMENTO. SUBMISSÃO AO
PLENÁRIO VIRTUAL

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Preenchidos os pressupostos legais e constitucionais de admissibilidade do recurso, prequestionada a matéria e apresentada sua repercussão geral, passo à análise do mérito.

Na espécie, para julgar improcedente a ação direta, o voto condutor do acórdão do Tribunal local adotou os seguintes fundamentos centrais:

“ (...) se a ideia que circunscreve ‘norma geral’ no espectro constitucional, ainda que em caráter ‘concorrente’, é a de se traçar diretrizes uniformes a serem seguidas pelos entes federados, mas sem ser exaustiva no seu conteúdo para deixar alguma margem de competência residual para peculiaridade local, não há dúvida de que o legislador federal ao estabelecer uma dada referência para contratações pela União, deixou espaço para os demais entes federados fixarem seus limites, mas sem a possibilidade de não aplicação de qualquer referencial”.

(...)

Assim, a União fixou como ‘regra geral’ a ser estabelecida nos editais de licitações que o licitante vencedor implante um



programa de *compliance* cuja regulamentação depende de lei específica, que pode ser oriunda da suplementação que o Município está autorizado a fazer dentro do seu interesse local. Como bem ponderado pela douta Procuradoria Geral de Justiça no seu parecer final, com a edição da Lei Federal nº 14.133/2021 foi suprida a competência da União para fixar uma norma de caráter geral que obriga a implementação de programas de controle de integridade de fornecedores de obras e serviços de 'grande vulto', ficando a delimitação desse montante para a realidade econômico-financeira de cada ente federado. "

Ao julgar nos expostos termos, a Corte local não se afastou do entendimento deste Supremo Tribunal. Com efeito, **a competência suplementar dos Municípios para editar normas específicas em matéria de licitação** foi assentada nos seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI 10.199/2017 DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS – SC, QUE DETERMINOU A DIVULGAÇÃO, NOS ANÚNCIOS OU CAMPANHAS VEICULADAS NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DO VALOR DESPENDIDO EM PUBLICIDADE OU PROPAGANDA PELA PREFEITURA. ALEGAÇÃO DE INVASÃO DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE NORMAS GERAIS DE LICITAÇÃO. INOCORRÊNCIA. ARTIGO 22, INCISO XXVII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO PARA EDITAR NORMAS ESPECÍFICAS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO." (RE-AgR 1.159.577, Primeira Turma, Relator o Ministro **Luiz Fux**, DJe de 11/03/2019).



RE 1410340 / SP

fls. 461



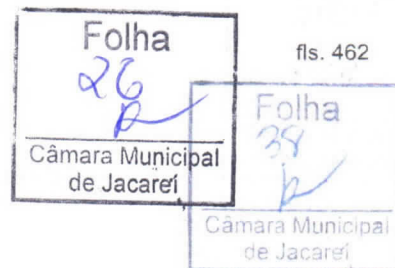
“DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BRUMADINHOMG. VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE PARENTES DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, VEREADORES E OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO. CONSTITUCIONALIDADE. COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR DOS MUNICÍPIOS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO.

A Constituição Federal outorga à União a competência para editar normas gerais sobre licitação (art. 22, XXVII) e **permite, portanto, que Estados e Municípios legislem para complementar as normas gerais e adaptá-las às suas realidades.**

O Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que as normas locais sobre licitação devem observar o art. 37, XXI da Constituição, assegurando “a igualdade de condições de todos os concorrentes”. Precedentes.

Dentro da permissão constitucional para legislar sobre normas específicas em matéria de licitação, é de se louvar a iniciativa do Município de Brumadinho-MG de tratar, em sua Lei Orgânica, de tema dos mais relevantes em nossa pólis, que é a **moralidade administrativa**, princípio-guia de toda a atividade estatal, nos termos do art. 37, caput da Constituição Federal.

A proibição de contratação com o Município dos parentes, afins ou consanguíneos, do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores e dos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, bem como dos servidores e empregados públicos municipais, até seis meses após o fim do exercício das respectivas funções, é norma que evidentemente homenageia os



princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa, prevenindo eventuais **lesões ao interesse público e ao patrimônio do Município, sem restringir a competição entre os licitantes.**

Inexistência de ofensa ao princípio da legalidade ou de invasão da competência da União para legislar sobre normas gerais de licitação.

Recurso extraordinário provido.” (RE 423.560, Segunda Turma, Relator o Ministro **Joaquim Barbosa**, DJe de 19/06/2012).

In casu, conforme bem pontua o acórdão indigitado, inexistente dúvida de que cabe ao ente federal legislar sobre regras gerais de licitações e contratos. Contudo, há espaço para os municípios - enquanto entidades dotadas de autonomia e indispensáveis ao pacto federativo - suplementarem a legislação federal com objetivo de lhe adequar a especificidades de interesse local, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Carta Magna

No ponto, reforça o Ministro **Celso de Mello** (ADI 2053-MC, DJ de 14/8/2001):

“Cumpra observar que o art. 22, XXVII da Carta Política conferiu, à União Federal, o poder de dispor sobre normas gerais em tema de licitações e contratações administrativas, **reservando, no entanto, aos Estados-membros, ao Distrito Federal e aos Municípios, um espaço de liberdade decisória que lhes permite - respeitadas as diretrizes e os princípios fundamentais que regem a matéria - legislar em caráter suplementar.**”

Ressalta-se, nessa esteira, que a normativa federal tornou mandatória a exigibilidade de programa de integridade nas licitações de grande vulto, sendo esta uma etapa inafastável da validade da



RE 1410340 / SP

contratação administrativa e não passível de discrepância por norma local, sob pena de desvirtuamento da unidade normativa almejada pela Carta Magna. Contudo, distintamente do que argumenta o recorrente, entendo, a partir da análise do diploma impugnado, que **a legislação local não disciplinou a matéria de forma contrária à norma geral federal.**

O diploma em comento, em verdade, **legitimamente delimitou o montante exigido à implementação de *compliance* à realidade econômico-financeira do ente federado.** Com efeito, seu art. 1º faz remissão expressa à Lei 14.133/2021 ao fixar, dentro dos parâmetros municipais, as obras e serviços de “grande vulto”.

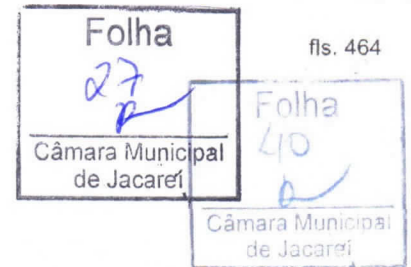
Nesses termos, a norma municipal não instituiu desvio às regras gerais de licitação, tampouco inovou com a criação de critério que pudesse influenciar no resultado ou restringir a competição da licitação, conforme bem destacou o Tribunal **a quo**, haja vista se tratar a implementação de *compliance* uma obrigação contratual posterior à definição da licitante vencedora do certame.

No tema, conforme já assentou este Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 3.670 (Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 18/05/2007), convém rememorar que as normas locais devem observar o disposto no art. 37, XXI da Constituição, “assegurando a igualdade de condições de todos os concorrentes” e, assim, preservando a possibilidade isonômica de competição.

Efetivamente, **a competência legislativa da municipalidade na matéria se deu no limite do seu interesse local**, haja vista sua realidade orçamentária significativamente inferior ao orçamento geral da União, não havendo que se falar em inconstitucionalidade formal ou prejuízo à higidez do processo de contratação pública.

Convém salientar, complementarmente, que a exigência legal de *compliance* não deve ser tida como um obstáculo à concretização de licitações, mas sobretudo como mecanismo de combate ao desvio e à ineficiência na gestão de recursos públicos.

RE 1410340 / SP



Nesse caminho, a adequação do montante previsto na lei geral de licitações (14.133/2021) à dimensão econômica, financeira e orçamentária do município está também ancorada no interesse público e no princípio constitucional da moralidade administrativa, mormente consideradas as perspectivas de preservação do patrimônio público nas relações jurídicas entre poder público e particulares.

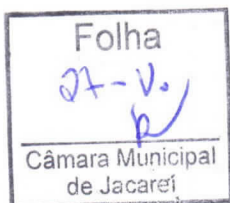
Ante o exposto, nos termos do artigo 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, **nego seguimento** ao recurso
Publique-se.

Brasília, 28 de abril de 2023.

Ministro DIAS TOFFOLI

Relator

Documento assinado digitalmente



25/09/2023

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.410.340 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO
PRETO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO
JOSÉ DO RIO PRETO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
JOSÉ DO RIO PRETO
ADV.(A/S) : FABIO DE FREITAS CARVALHO

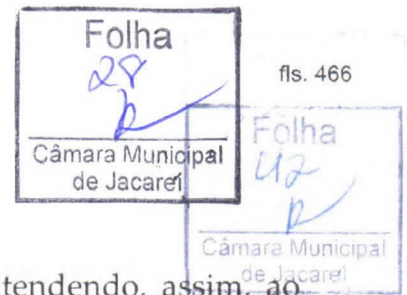
EMENTA

Agravo regimental em recurso extraordinário. Representação de inconstitucionalidade. Lei Municipal nº 14.126/22. Programa de integridade das empresas contratadas pela administração pública local. Competência suplementar do município para editar normas específicas em matéria de licitação. Adequação do montante exigido para a implementação de *compliance* à realidade econômica, financeira e orçamentária local. Agravo não provido.

1. O agravante não tratou especificamente das razões de decidir adotadas na decisão ora agravada, motivo pelo qual se impõe a rejeição da pretensão recursal. Precedentes.

2. Compete à União legislar sobre regras gerais de licitações e contratos (art. 22, inciso XXVI, da CF/88), havendo, no entanto, espaço para os municípios, enquanto entidades dotadas de autonomia e indispensáveis ao pacto federativo, suplementarem a legislação federal com o objetivo de adequá-la a especificidades de interesse local (art. 30, incisos I e II, da Carta Magna).

3. A legislação local não disciplinou a matéria de forma contrária à norma geral federal. O diploma em comento, em verdade, legitimamente delimitou o montante exigido à implementação de **compliance** à



RE 1410340 AGR / SP

realidade econômico-financeira do ente federado, atendendo, assim, ao interesse público e ao princípio constitucional da moralidade administrativa, mormente considerada a perspectiva de preservação do patrimônio público nas relações jurídicas entre poder público e particulares.

4. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual de 15 a 22/9/23, na conformidade da ata do julgamento e nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental.

Brasília, 25 de setembro de 2023.

Ministro Dias Toffoli
Relator



25/09/2023

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.410.340 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. DIAS TOFFOLI**
AGTE.(S) : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**
INTDO.(A/S) : **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**
ADV.(A/S) : **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**
INTDO.(A/S) : **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**
ADV.(A/S) : **FABIO DE FREITAS CARVALHO**

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Trata-se de tempestivo agravo interno interposto pelo Procurador-Geral da República contra decisão mediante a qual neguei seguimento ao recurso extraordinário com a seguinte fundamentação:

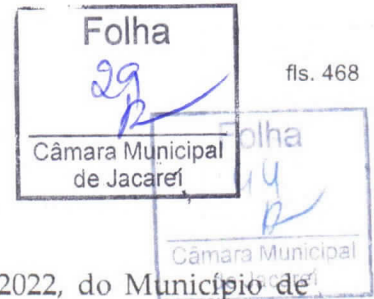
“Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo prefeito do município de São José do Rio Preto/SP em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que julgou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade ajuizada em face da Lei municipal 14.126/2022. O mencionado diploma institui programa de integridade das empresas contratadas pela Administração Pública local.

Eis o inteiro teor da ementa do acórdão sob investiva:

'AGRAVO INTERNO – oposição pelo Prefeito Municipal contra a negativa de concessão de tutela cautelar para suspender a eficácia de lei impugnada pela Câmara Municipal – julgamento do mérito da ação principal – Recurso prejudicado.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE –

RE 1410340 AGR / SP



fls. 468

Lei 14.126, de 25 de fevereiro de 2022, do Município de São José do Rio Preto, de iniciativa parlamentar, que cria programa de *compliance* nas empresas fornecedoras de obras e serviços de 'grande monta' para a Administração Pública – Alegação do Prefeito de usurpação da competência privativa da União para dispor sobre regras gerais sobre licitações e contratos – PACTO FEDERATIVO – Constituição Federal que expressamente reservou para a União a competência para legislar sobre normas gerais de licitações e contratos (artigo 22, inciso XVIII) – Edição pela União da Lei Federal nº 14.133/2021, que aperfeiçoou a antiga Lei 8.666/93, estabelecendo a exigibilidade de programa de integridade (*compliance*) em licitações e contratos de grande monta, fixando para o âmbito federal o valor referencial de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões), na forma dos seus artigos 6º, XXII, e 25, § 4º - Norma de caráter geral que estabelece a obrigatoriedade do programa, mas deixa espaço para a competência suplementar dos Municípios em fixar qual o valor referencial para 'grande monta', segundo sua realidade financeiro-orçamentária – Conformidade da lei objurgada com os artigos 22, inciso XXVII, e 30, incisos I e II, da Constituição Federal – Inconstitucionalidade inexistente. Ação julgada improcedente.'

Aponta-se, no extraordinário, violação aos arts. 22, XXVII; 60, § 4º, III; e 1º, da Constituição Federal.

Sustenta-se, de forma mais específica, que a modificação dos valores para implementação de programa de integridade insere-se em matéria referente à norma geral de licitação. Nesse sentido, haveria violação, pelo Município, da competência privativa da União, tendo-se em vista a fixação de limites por Lei federal para a elaboração de *compliance*.

Encaminhados os autos à douta Procuradoria-Geral da República, esta apresentou manifestação no sentido da submissão deste recurso ao Plenário Virtual, a fim de que seja



RE 1410340 AGR / SP

reconhecida a repercussão geral da matéria, na forma do art. 323 do RISTF (e-doc. 25). Veja a ementa que sintetiza o parecer:

'RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROGRAMA DE INTEGRIDADE (COMPLIANCE). ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LEI MUNICIPAL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA SUPLEMENTAR. DENSIDADE CONSTITUCIONAL. RELEVÂNCIA POLÍTICA, SOCIAL E JURÍDICA. REPERCUSSÃO GERAL. RECONHECIMENTO. SUBMISSÃO AO PLENÁRIO VIRTUAL'

É, no essencial, o relatório.

Decido.

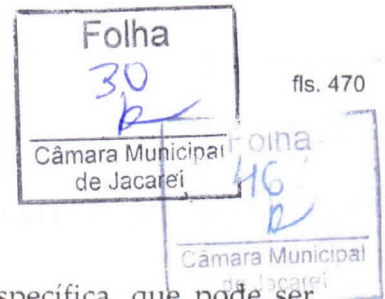
Preenchidos os pressupostos legais e constitucionais de admissibilidade do recurso, prequestionada a matéria e apresentada sua repercussão geral, passo à análise do mérito.

Na espécie, para julgar improcedente a ação direta, o voto condutor do acórdão do Tribunal local adotou os seguintes fundamentos centrais:

'(...) se a ideia que circunscreve 'norma geral' no espectro constitucional, ainda que em caráter 'concorrente', é a de se traçar diretrizes uniformes a serem seguidas pelos entes federados, mas sem ser exaustiva no seu conteúdo para deixar alguma margem de competência residual para peculiaridade local, não há dúvida de que o legislador federal ao estabelecer uma dada referência para contratações pela União, deixou espaço para os demais entes federados fixarem seus limites, mas sem a possibilidade de não aplicação de qualquer referencial'.

(...)

Assim, a União fixou como 'regra geral' a ser estabelecida nos editais de licitações que o licitante vencedor implante um programa de compliance cuja



RE 1410340 AGR / SP

regulamentação depende de lei específica, que pode ser oriunda da suplementação que o Município está autorizado a fazer dentro do seu interesse local. Como bem ponderado pela douta Procuradoria Geral de Justiça no seu parecer final, com a edição da Lei Federal nº 14.133/2021 foi suprida a competência da União para fixar uma norma de caráter geral que obriga a implementação de programas de controle de integridade de fornecedores de obras e serviços de 'grande vulto', ficando a delimitação desse montante para a realidade econômico-financeira de cada ente federado.'

Ao julgar nos expostos termos, a Corte local não se afastou do entendimento deste Supremo Tribunal. Com efeito, a **competência suplementar dos Municípios para editar normas específicas em matéria de licitação** foi assentada nos seguintes precedentes:

'AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI 10.199/2017 DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS - SC, QUE DETERMINOU A DIVULGAÇÃO, NOS ANÚNCIOS OU CAMPANHAS VEICULADAS NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DO VALOR DESPENDIDO EM PUBLICIDADE OU PROPAGANDA PELA PREFEITURA. ALEGAÇÃO DE INVASÃO DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE NORMAS GERAIS DE LICITAÇÃO. INOCORRÊNCIA. ARTIGO 22, INCISO XXVII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO PARA EDITAR NORMAS ESPECÍFICAS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.' (RE-AgR 1.159.577, Primeira Turma, Relator o Ministro **Luiz Fux**, DJe de 11/03/2019).

'DIREITO CONSTITUCIONAL E



RE 1410340 AGR / SP

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BRUMADINHOMG. VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE PARENTES DO PREFEITO, VICEPREFEITO, VEREADORES E OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO. CONSTITUCIONALIDADE. COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR DOS MUNICÍPIOS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO.

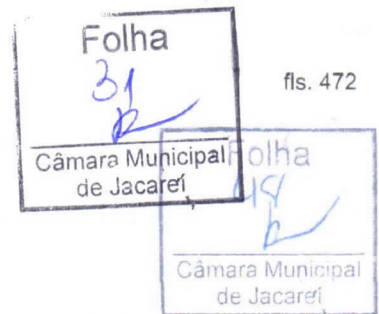
A Constituição Federal outorga à União a competência para editar normas gerais sobre licitação (art. 22, XXVII) e **permite, portanto, que Estados e Municípios legislem para complementar as normas gerais e adaptá-las às suas realidades.**

O Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que as normas locais sobre licitação devem observar o art. 37, XXI da Constituição, assegurando 'a igualdade de condições de todos os concorrentes'. Precedentes.

Dentro da permissão constitucional para legislar sobre normas específicas em matéria de licitação, é de se louvar a iniciativa do Município de Brumadinho-MG de tratar, em sua Lei Orgânica, de tema dos mais relevantes em nossa pólis, que é a **moralidade administrativa**, princípio-guia de toda a atividade estatal, nos termos do art. 37, caput da Constituição Federal.

A proibição de contratação com o Município dos parentes, afins ou consanguíneos, do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores e dos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, bem como dos servidores e empregados públicos municipais, até seis meses após o fim do exercício das respectivas funções, é norma que evidentemente homenageia os princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa, prevenindo eventuais **lesões ao interesse público e ao patrimônio do Município, sem restringir a competição**

RE 1410340 AGR / SP



entre os licitantes.

Inexistência de ofensa ao princípio da legalidade ou de invasão da competência da União para legislar sobre normas gerais de licitação. Recurso extraordinário provido.'

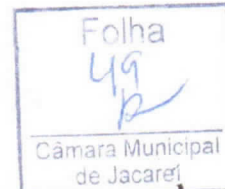
(RE 423.560, Segunda Turma, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, DJe de 19/06/2012).

In casu, conforme bem pontua o acórdão indigitado, inexistente dúvida de que cabe ao ente federal legislar sobre regras gerais de licitações e contratos. Contudo, há espaço para os municípios - enquanto entidades dotadas de autonomia e indispensáveis ao pacto federativo - suplementarem a legislação federal com objetivo de lhes adequar a especificidades de interesse local, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Carta Magna.

No ponto, reforça o Ministro **Celso de Mello** (ADI 2053-MC, DJ de 14/8/2001):

'Cumpra-se observar que o art. 22, XXVII da Carta Política conferiu, à União Federal, o poder de dispor sobre normas gerais em tema de licitações e contratações administrativas, **reservando, no entanto, aos Estados-membros, ao Distrito Federal e aos Municípios, um espaço de liberdade decisória que lhes permite - respeitadas as diretrizes e os princípios fundamentais que regem a matéria - legislar em caráter suplementar.**'

Ressalta-se, nessa esteira, que a normativa federal tornou mandatória a exigibilidade de programa de integridade nas licitações de grande vulto, sendo esta uma etapa inafastável da validade da contratação administrativa e não passível de discrepância por norma local, sob pena de desvirtuamento da unidade normativa almejada pela Carta Magna. Contudo, distintamente do que argumenta o recorrente, entendo, a partir da análise do diploma impugnado, que **a legislação local não**



RE 1410340 AGR / SP

disciplinou a matéria de forma contrária à **norma geral federal**.

O diploma em comento, em verdade, **legitimamente delimitou o montante exigido à implementação de compliance à realidade econômico-financeira do ente federado**. Com efeito, seu art. 1º faz remissão expressa à Lei 14.133/2021 ao fixar, dentro dos parâmetros municipais, as obras e serviços de 'grande vulto'.

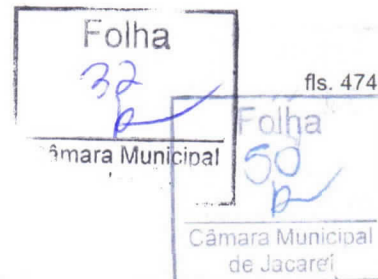
Nesses termos, a norma municipal não instituiu desvio às regras gerais de licitação, tampouco inovou com a criação de critério que pudesse influenciar no resultado ou restringir a competição da licitação, conforme bem destacou o Tribunal **a quo**, haja vista se tratar a implementação de *compliance* uma obrigação contratual posterior à definição da licitante vencedora do certame.

No tema, conforme já assentou este Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 3.670 (Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 18/05/2007), convém rememorar que as normas locais devem observar o disposto no art. 37, XXI da Constituição, 'assegurando a igualdade de condições de todos os concorrentes' e, assim, preservando a possibilidade isonômica de competição.

Efetivamente, **a competência legislativa da municipalidade na matéria se deu no limite do seu interesse local**, haja vista sua realidade orçamentária significativamente inferior ao orçamento geral da União, não havendo que se falar em inconstitucionalidade formal ou prejuízo à higidez do processo de contratação pública.

Convém salientar, complementarmente, que a exigência legal de *compliance* não deve ser tida como um obstáculo à concretização de licitações, mas sobretudo como mecanismo de combate ao desvio e à ineficiência na gestão de recursos públicos.

Nesse caminho, a adequação do montante previsto na lei geral de licitações (14.133/2021) à dimensão econômica, financeira e orçamentária do município está também ancorada



RE 1410340 AGR / SP

no interesse público e no princípio constitucional da moralidade administrativa, mormente consideradas as perspectivas de preservação do patrimônio público nas relações jurídicas entre poder público e particulares.

Ante o exposto, nos termos do artigo 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nego seguimento ao recurso.”

Aduz o agravante que a negativa de seguimento ao recurso destoa do que preveem o art. 102, inciso III, § 3º, da Constituição Federal; o art. 1.035 do CPC e o art. 322 do RISTF.

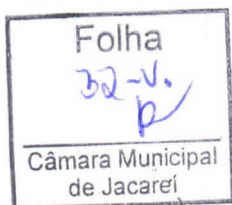
Sustenta, nesse sentido, ser recomendável a submissão do presente recurso à sistemática da repercussão geral, mormente porque a matéria em debate possui nítida densidade constitucional e apresenta relevância do ponto de vista político, social e jurídico.

Acrescenta que

“dirimir se o valor que conceitua ‘obras, serviços e fornecimento de grande vulto’ caracteriza-se como norma de caráter geral (art. 22, XXVII, da Constituição Federal) e, portanto, de competência privativa da União” [seria medida relevante] “para harmonizar o exercício das competências legislativas entre os entes federativos em matéria de contratação pública e concretizar o princípio da segurança jurídica e da isonomia”.

Requer o agravante a reforma da decisão de negativa de seguimento ao recurso. Subsidiariamente, pleiteia a submissão deste recurso ao Plenário, “a fim de que se reconheça a repercussão geral da matéria, na forma do art. 323 do RISTF”.

É o relatório.



25/09/2023

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.410.340 SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Conforme relatado, cuida-se de agravo interno interposto pelo Procurador-Geral da República contra decisão mediante a qual neguei seguimento ao recurso extraordinário interposto contra acórdão por meio do qual o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade ajuizada contra a Lei Municipal nº 14.126/22.

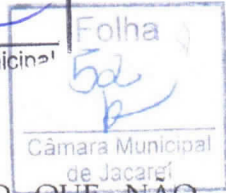
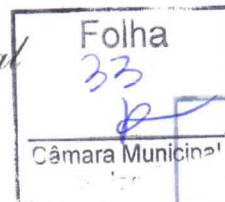
O agravante reitera as razões já aventadas no parecer juntado aos autos, entre as quais a de que seria recomendável a submissão do presente recurso à sistemática da repercussão geral, mormente porque a matéria em debate possuiria nítida densidade constitucional e relevância do ponto de vista político, social e jurídico.

O inconformismo, contudo, não merece prosperar.

Da leitura da peça recursal, extrai-se que a parte agravante concentra seu esforço argumentativo em evidenciar a existência de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social e jurídico aptas a, em sua visão, demonstrar a necessidade de que esta Suprema Corte se debruce sobre a definição do tema no âmbito da sistemática da repercussão geral, cuja proposição, entretanto, compete ao Ministro Relator, consoante regulamentam os arts. 322 a 329 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Assim, verifica-se que **o agravante não tratou especificamente das razões de decidir adotadas na decisão ora agravada, motivo pelo qual se impõe a rejeição da pretensão recursal.**

Consoante a firme jurisprudência desta Corte, a parte deve impugnar na petição de agravo regimental todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento do recurso, o que não ocorreu no caso em tela. Nesse sentido, **vide:**

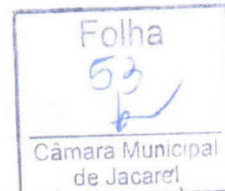
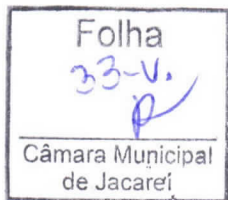


RE 1410340 AgR / SP

“DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO QUE NÃO ATACA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. IRREGULARIDADE FORMAL. ART. 1.021, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E ART. 317, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. Não preenchimento do requisito de regularidade formal expresso nos arts. 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil e 317, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal: Na petição de agravo interno, o recorrente impugnar especificadamente os fundamentos da decisão agravada e A petição conterà, sob pena de rejeição liminar, as razões do pedido de reforma da decisão agravada. Ausência de ataque, nas razões do agravo interno, aos fundamentos da decisão agravada. 2. Agravo interno não conhecido” (ARE nº 1.131.108/DF-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. **Rosa Weber**, DJe de 9/10/18).

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA: INVIABILIDADE. VERBA HONORÁRIA MAJORADA EM 1%, PERCENTUAL QUE SE SOMA AO FIXADO NA ORIGEM, OBEDECIDOS OS LIMITES DO ART. 85, § 2º, § 3º E § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015, COM A RESSALVA DE EVENTUAL CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA, E MULTA APLICADA NO PERCENTUAL DE 1%, CONFORME ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (ARE nº 1.005.678-AgR, Tribunal Pleno, Min. Presidente **Cármem Lúcia**, DJe de 21/3/17).

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA



RE 1410340 AGR / SP

284/STF. 1. Não comporta conhecimento o agravo interno que não impugna direta e especificamente os fundamentos indicados na decisão monocrática de Relator. 2. Agravo regimental não conhecido" (ARE nº 748.931/PE-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe de 25/8/15).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS SUFICIENTES DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I Nos termos da jurisprudência deste Tribunal, incumbe ao recorrente o dever de impugnar, de forma específica, cada um dos fundamentos suficientes da decisão recorrida, sob pena de não conhecimento do recurso. Precedentes. II Agravo regimental improvido" (ARE nº 700.607/MG-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 25/3/13).

Ainda que superado o óbice supramencionado, **ad argumentandum tantum**, há de se repisar, quanto ao mérito, que **a norma municipal foi concebida no limite do seu interesse local e de modo harmônico com a disciplina federal acerca da matéria.**

Para melhor compreensão da linha intelectual adotada, importa reforçar que o cerne da controvérsia posta nos autos consiste em verificar se o legislador municipal poderia, legitimamente, à luz do sistema de repartição de competências previsto na Constituição Federal, disciplinar o tema positivado no aludido diploma.

De forma mais específica, cumpre aferir a possibilidade de norma local estabelecer a exigência de **compliance** a contratações administrativas cujos valores não se caracterizem como de grande vulto segundo os parâmetros da Lei federal, efetivamente adotando, com sustentáculo na realidade econômico-financeira de cada ente federado, valores distintos daquele previsto na normativa editada pela União.

De início, releva assentar que a Constituição Federal, forte no princípio federativo, consagrou a autonomia dos entes federados, a qual



RE 1410340 AGR / SP

se consubstancia na capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração concedida aos entes da Federação pelo texto constitucional, conforme estabelece o art. 18 da Carta Magna.

Verdade seja dita que a ideia central do federalismo se apoia, historicamente, em uma necessária harmonia na interpretação das normas que compõem o sistema de repartição de competências legislativas adotado no modelo pátrio.

À vista disso, cumpre assinalar que a repartição de competências no federalismo brasileiro tem observado, desde sua origem, um movimento centrífugo gradual, culminando em uma Federação de cunho cooperativo, em que competências legislativas privativas coexistem com competências legislativas concorrentes entre os entes federados, os quais exercem sua autonomia conforme a predominância do interesse suscitado por cada matéria.

No que tange à competência federal para editar normas gerais — da qual é espécie a competência para legislar sobre licitações e contratos (art. 22, inciso XXVII, da CF/88) —, não se permite que o ente central esgote toda a disciplina normativa, sem deixar competência substancial para os demais entes federativos. Afinal, conforme está expresso no texto constitucional, sua competência restringe-se à edição de normas gerais, isto é, quando sua atuação engloba os interesses nacionais, os quais não podem ser limitados às fronteiras regionais dos estados-membros ou locais dos municípios, garantindo-se homogeneidade a certas disposições.

Nessas hipóteses, desde que não sejam incompatíveis com a regulamentação federal, admite-se a edição de normas suplementares pelos demais entes federativos, observado o respectivo âmbito de gestão ou organização administrativa.

Na espécie, para julgar improcedente a ação direta, o voto condutor do Tribunal Local adotou os seguintes fundamentos centrais:

“[S]e a ideia que circunscreve ‘norma geral’ no espectro constitucional, ainda que em caráter ‘concorrente’, é a de se traçar diretrizes uniformes a serem seguidas pelos entes federados, mas sem ser exaustiva no seu conteúdo para deixar



RE 1410340 AGR / SP

alguma margem de competência residual para peculiaridade local, não há dúvida de que o legislador federal ao estabelecer uma dada referência para contratações pela União, deixou espaço para os demais entes federados fixarem seus limites, mas sem a possibilidade de não aplicação de qualquer referencial'.

(...) Assim, a União fixou como 'regra geral' a ser estabelecida nos editais de licitações que o licitante vencedor implante um programa de *compliance* cuja regulamentação depende de lei específica, que pode ser oriunda da suplementação que o Município está autorizado a fazer dentro do seu interesse local. Como bem ponderado pela douta Procuradoria Geral de Justiça no seu parecer final, com a edição da Lei Federal nº 14.133/2021 foi suprida a competência da União para fixar uma norma de caráter geral que obriga a implementação de programas de controle de integridade de fornecedores de obras e serviços de 'grande vulto', ficando a delimitação desse montante para a realidade econômico-financeira de cada ente federado".

Ao julgar nos expostos termos, a Corte Local não se afastou do entendimento deste Supremo Tribunal. Com efeito, **a competência suplementar dos municípios para editar normas específicas em matéria de licitação** foi assentada nos seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI 10.199/2017 DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS – SC, QUE DETERMINOU A DIVULGAÇÃO, NOS ANÚNCIOS OU CAMPANHAS VEICULADAS NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DO VALOR DESPENDIDO EM PUBLICIDADE OU PROPAGANDA PELA PREFEITURA. ALEGAÇÃO DE INVASÃO DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE NORMAS GERAIS DE LICITAÇÃO. INOCORRÊNCIA. ARTIGO 22, INCISO XXVII, DA CONSTITUIÇÃO DA

RE 1410340 AGR / SP

REPÚBLICA. COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO PARA EDITAR NORMAS ESPECÍFICAS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO" (RE nº 1.159.577-AgR, Rel. Min. **Luiz Fux**. Primeira Turma, DJe de 11/3/19).

"DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO-MG. VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE PARENTES DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, VEREADORES E OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO. CONSTITUCIONALIDADE. COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR DOS MUNICÍPIOS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO.

A Constituição Federal outorga à União a competência para editar normas gerais sobre licitação (art. 22, XXVII) e permite, portanto, que Estados e Municípios legislem para complementar as normas gerais e adaptá-las às suas realidades.

O Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que as normas locais sobre licitação devem observar o art. 37, XXI da Constituição, assegurando 'a igualdade de condições de todos os concorrentes'. Precedentes.

Dentro da permissão constitucional para legislar sobre normas específicas em matéria de licitação, é de se louvar a iniciativa do Município de Brumadinho-MG de tratar, em sua Lei Orgânica, de tema dos mais relevantes em nossa pólis, que é a moralidade administrativa, princípio-guia de toda a atividade estatal, nos termos do art. 37, caput da Constituição Federal.

A proibição de contratação com o Município dos parentes, afins ou consanguíneos, do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores e dos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, bem como dos servidores e empregados públicos municipais, até seis meses após o fim do exercício das respectivas funções, é norma que evidentemente homenageia os princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa,



RE 1410340 AGR / SP

prevenindo eventuais lesões ao interesse público e ao patrimônio do Município, sem restringir a competição entre os licitantes.

Inexistência de ofensa ao princípio da legalidade ou de invasão da competência da União para legislar sobre normas gerais de licitação.

Recurso extraordinário provido" (RE nº 423.560, Segunda Turma, Rel. Min. **Joaquim Barbosa**, DJe de 19/6/12).

In casu, conforme bem pontua o acórdão indigitado, é indene de dúvidas que cabe ao ente federal legislar sobre regras gerais de licitações e contratos. Contudo, **há espaço para os municípios, enquanto entidades dotadas de autonomia e indispensáveis ao pacto federativo, suplementarem a legislação federal com objetivo de adequá-la a especificidades de interesse local**, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Carta Magna.

No ponto, é percuente a lição do Ministro **Celso de Mello** (ADI nº 2.053-MC, DJ de 14/8/01):

"Cumprе observar que o art. 22, XXVII da Carta Política conferiu, à União Federal, o poder de dispor sobre normas gerais em tema de licitações e contratações administrativas, reservando, no entanto, aos Estados-membros, ao Distrito Federal e aos Municípios, um espaço de liberdade decisória que lhes permite - respeitadas as diretrizes e os princípios fundamentais que regem a matéria - legislar em caráter suplementar."

Ressalta-se, nessa esteira, que a normativa federal tornou mandatária a exigibilidade de programa de integridade nas licitações de grande vulto, sendo esta uma etapa inafastável da validade da contratação administrativa e não passível de discrepância por norma local, sob pena de desvirtuamento da unidade normativa almejada pela Carta Magna.

Contudo, distintamente do que sustenta o recorrente, entendo, a



RE 1410340 AGR / SP

partir da análise do diploma impugnado, que a **legislação local não disciplinou a matéria de forma contrária à norma geral federal**. O diploma em comento, em verdade, **legitimamente delimitou o montante exigido à implementação de compliance à realidade econômico-financeira do ente federado**.

Nesses termos, a norma não instituiu desvio às regras gerais de licitação, tampouco inovou com a criação de critério que pudesse influenciar no resultado ou restringir a competição da licitação, conforme bem destacou o Tribunal a **Quo**, haja vista que a implementação de **compliance** é uma obrigação contratual posterior à definição da licitante vencedora do certame.

No tema, conforme já assentou este Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI nº 3.670 (Rel. Min. **Sepúlveda Pertence**, DJ de 18/5/07), convém rememorar que as normas locais devem observar o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição, “assegurando a igualdade de condições de todos os concorrentes” e, assim, preservando a possibilidade isonômica de competição.

Efetivamente, **a competência legislativa da municipalidade na matéria se deu no limite do seu interesse local**, tendo em vista que sua realidade orçamentária é significativamente inferior ao orçamento geral da União, não havendo que se falar em inconstitucionalidade ou prejuízo ao processo licitatório.

Aliás, **a mera extensão do montante aludido na Lei federal aos entes estaduais, municipais e distrital – cada qual com uma diferente potencialidade econômico-orçamentária – comprometeria indubitavelmente a aplicabilidade do dispositivo e, junto a ela, a própria razão de ser deste, essencialmente ligada à promoção de uma cultura de integridade, ética e incentivo à denúncia de irregularidades**.

Convém reforçar, de forma complementar, que a exigência legal de **compliance** não deve ser tida como um obstáculo à concretização de licitações, mas sobretudo como **mecanismo de combate ao desvio, às fraudes e à ineficiência na gestão de recursos públicos**, almejando-se, ao cabo, **a proteção da administração pública**.



RE 1410340 AGR / SP

Nesse caminho, a adequação do montante previsto na lei geral de licitações (nº 14.133/21) à dimensão econômica, financeira e orçamentária do município está também ancorada no **interesse público e no princípio constitucional da moralidade administrativa**, mormente considerada a perspectiva de preservação do patrimônio público nas relações jurídicas entre poder público e particulares.

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo regimental.

É como voto.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.410.340

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

INTDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

ADV.(A/S) : FABIO DE FREITAS CARVALHO (219335/SP)

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Segunda Turma, Sessão Virtual de 15.9.2023 a 22.9.2023.

Composição: Ministros Dias Toffoli (Presidente), Gilmar Mendes, Edson Fachin, Nunes Marques e André Mendonça.

Hannah Gevartosky
Secretária

Folha

37-V
pCâmara Municipal
de Jacareí*Supremo Tribunal Federal*

CERTIDÃO DE TRÂNSITO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1410340

Folha

61

Câmara Municipal
de Jacareí

RECORRENTE(S):	PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ADVOGADO(A/S):	PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
RECORRIDO(A/S):	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ADVOGADO(A/S):	FABIO DE FREITAS CARVALHO

Certifico que o(a) acórdão/decisão transitou em julgado em 29/11/2023.

Brasília, 29 de novembro de 2023.

Secretaria Judiciária
(documento eletrônico)



Supremo Tribunal Federal
Secretaria Judiciária

RE 1410340

TERMO DE BAIXA DEFINITIVA

Faço a baixa deste processo e a transmissão eletrônica das peças processuais ao (à)
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Brasília, 29 de novembro de 2023

Secretaria Judiciária
(documento eletrônico)

Folha
38
p

fls. 486

Câmara Municipal
de Jacareí

Folha
62
p

Câmara Municipal
de Jacareí



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Referente: VT nº 009/2024 – Veto Total

Autoria do projeto: Vereador Dr. Rodrigo Salomon

Assunto do projeto: Dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas empresas contratadas pela administração pública do município, e dá outras providências. "

Veto total. Acolhimento do parecer. Inexistência de inconstitucionalidade. Interesse público que deve ser avaliado pelos Vereadores.

1. **ACOLHO** o parecer de fls. 12/15 por seus próprios fundamentos.
2. De fato, não vislumbramos *razões jurídicas* para o veto, pois os termos do autógrafo de lei ora em comento não invadem competência privativa da União – o Supremo Tribunal Federal, inclusive, já decidiu nesse sentido quando julgou norma similar.
3. Não obstante, cabe aos Vereadores analisar as razões de interesse público (*razões políticas*) que envolvem a manutenção do veto, vez que tal mister é prerrogativa do Plenário.
4. À Secretaria Legislativa, para prosseguimento.

Jacaréí, 13 de janeiro de 2025


WAGNER TADEU BACCARO MARQUES
SECRETÁRIO-DIRETOR JURÍDICO
OAB/SP Nº 164.303